

Lemos não teve recursos para o plano de saúde aprovado por Médici

Brasília (Sucursal) — Apesar de ter sido aprovado pelo Presidente da República em meados do ano passado, o decreto-lei sobre a interiorização da assistência médica não pôde ser posto em prática pelo Ministro da Saúde, Sr. Machado de Lemos, por falta de recursos.

O programa, que atenderá a cerca de 50% dos municípios brasileiros e a 14% da população, integra a política nacional de saúde e ficará para ser realizado pelo futuro Ministro da Saúde, Sr. Paulo Machado, caso aprove seu planejamento.

Reunião

No início de fevereiro, o Ministro Machado de Lemos esteve com o Ministro Reis Velloso, do Planejamento, que se manifestou favorável à concessão de recursos. De acordo com informações do próprio Ministério da Saúde, os recursos seriam fornecidos a tempo do programa ser posto em prática ainda na gestão do Presidente Médici. Não se revelou, porém, qual a posição do Ministério da Fazenda, a quem o programa também foi submetido.

De acordo com o programa, serão aproveitados pelo Ministério da Saúde, inicialmente, 300 estagiários entre os convocados para o serviço militar e que tenham optado pela sua prestação após o término do curso superior. Pela legislação vigente, o estudante de Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária pode fazer esta opção.

Vantagens

O plano, já entregue ao futuro Ministro Paulo Machado, prevê que o estágio será de 12 meses, podendo ser prorrogado mediante solicitação do interessado, caso haja conveniência do Ministério. As principais vantagens oferecidas aos estagiários são: 10 salários mínimos regionais e prioridade para ingresso no serviço público, em igualdade de condições.

A proposta do Ministério da Saúde é que, excetuados os dispensados, os médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários só poderão ser aproveitados no serviço público se dispensados da prestação do serviço militar. O estagiário deverá ser registrado em seu Estado ou região, podendo ser localizado em outra área, a critério do Ministério da Saúde.

Ensino médico

A Comissão do Ensino Médico entregará hoje ao Ministro Jarbas Passarinho relatório em que lhe sugere providências para elevar o padrão e corrigir as distorções observadas no setor no país.

O estudo, que procurou apontar as novas metas do ensino médico em função das exigências da realidade na área da Saúde, deverá ser encaminhado pelo Ministro Passarinho a seu sucessor, junto a assuntos que não encontraram solução em sua gestão no Ministério da Educação e Cultura.